

Intervenção em nome do júri do Prémio de História Contemporânea – 2002 António Reis



Tendo-me cabido este ano a representação da Universidade Nova de Lisboa no júri do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho, confesso que foi com especial prazer que aceitei tão honrosa designação.

Antes de mais pelo cada vez mais notório prestígio que este Prémio, o mais antigo do país nesta área de investigação, tem vindo a granjear na comunidade académica e mesmo na opinião pública nacional, não só pela qualidade dos

trabalhos até hoje premiados mas também pelo exemplo dado a outras instituições não universitárias que seguiram as pisadas da Universidade do Minho. Especial prazer ainda, por este Prémio ter nascido da iniciativa de um homem que me habituei a admirar desde a minha juventude.

Com efeito, conheci pessoalmente Victor de Sá em 1969, num ano de intensa mobilização da Oposição Democrática em torno da exigência do restabelecimento das liberdades cívicas e no seio do ambiente fraterno, solidário e até mesmo exaltante proporcionado pela comum participação na luta contra a ditadura, tão intensamente vivido em acontecimentos como o Congresso Republicano de Aveiro e a entusiástica campanha eleitoral desse primeiro ano do consulado marcelista. Uma campanha em que ambos fomos candidatos oposicionistas, o Victor por Braga e eu por Santarém, arrostando com os obstáculos semeados pelo aparelho repressivo do regime, sobretudo quando denunciávamos o tabu da injustiça da guerra colonial, e cientes embora de que jogávamos um jogo com as cartas antecipadamente marcadas, como se comprovou. Nos vários contactos que com ele então tive, logo me apercebi de que o historiador sério e rigoroso, que me revelara as raízes do movimento socialista em Portugal na sua colectânea de ensaios *Perspectivas do Século XIX* – editada em 1964 pela saudosa Portugália –, era também o cidadão que unia na sua personalidade teoria e prática, exigência científica, coerência ética e coragem cívica. Curiosamente a minha entrada na redacção e no Conselho Editorial da *Seara Nova* coincidiu praticamente com a publicação, em finais de 1969, pela mesma *Seara Nova* da sua tese de doutoramento na Sorbonne *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, sobre a qual me lancei avidamente e que desde então me acompanha com regularidade sempre que, como professor de História ou conferencista, me debruço sobre a génese das ideias socialistas em Portugal.

Irmanado, pois, com Victor de Sá neste trilhar conjunto dos caminhos da cidadania e da História, não me podia sentir mais em casa no momento em que procedemos à entrega do Prémio a que está ligado.

É por demais sabido que a atribuição de um Prémio nunca é tarefa fácil. No caso presente, devo confessar que o susto dos vinte quilos da encomenda do

Conselho Cultural da Universidade do Minho, que fui buscar à estação dos CTT e carregar ao ombro para o meu gabinete da Faculdade, foi largamente compensado. Quer a riqueza, qualidade e diversidade temática da generalidade dos quinze trabalhos candidatos a este Prémio, quer a agradável experiência da reunião do júri presidido pelo meu amigo Norberto Cunha e composto ainda por Luís Marques Alves, que tive então o prazer de conhecer pessoalmente, quer ainda o superior acolhimento do Conselho Cultural, nas pessoas do seu Presidente Lúcio Craveiro da Silva e do seu vogal Henrique Barreto Nunes, compensaram largamente esse inicial susto.

Costuma dizer-se que "les beaux esprits se rencontrent". Não sei se o meu espírito será tão belo como os dos meus colegas do júri... Mas o certo é que rapidamente se encontrou com o deles na decisão final da atribuição *ex-aequo* do Prémio de História Contemporânea aos trabalhos das duas jovens investigadoras aqui presentes: Elisa Travessa, autora de *Jaime Cortesão: política, história e cidadania*, e Rita Carvalho, autora de *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*.

Ponderados critérios tais como a capacidade analítico-interpretativa, o rigor metodológico, a qualidade e diversidade das fontes e bibliografia em articulação com a complexidade do tema, a contribuição para o avanço da investigação na área temática em causa, a elegância e a clareza da expressão escrita, e até a adequação ao espírito do Prémio, não hesitámos na escolha final, sem prejuízo do carácter muito meritório também de um apreciável lote de outros trabalhos concorrentes.

Sobre o mérito da obra de Elisa Travessa pronunciar-se-á o meu colega Luís Marques Alves, da Universidade do Porto, cidade a que Jaime Cortesão tão intimamente esteve ligado. Sobre a obra de Rita Carvalho, permitam-me algumas breves palavras de apreciação e elogio.

Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do meu colega Fernando Rosas, este estudo centrado sobre a IV Legislatura da Assembleia Nacional (1945-1949) acaba por ter um alcance mais vasto do que poderíamos supor pelo seu título. Baseado num sólido trabalho sobre fontes parlamentares,

representa um contributo inovador para a história do papel das elites políticas do Estado Novo, das redes de influência habilmente manobradas por Salazar, dos processos de bastidor que as entreteciam. Mas representa também, por outro lado, uma implacável e rigorosa desmontagem da ficção parlamentarista num regime que se proclamava ideologicamente anti-liberal e anti-parlamentar, permitindo-nos compreender as razões utilitárias que justificaram a manutenção de uma tal ficção – desde a possibilidade de seleccionar informação sobre a sociedade civil até à gestão das tensões internas entre as diferentes correntes da base de apoio ao regime. Partindo da análise de uma legislatura particularmente marcante e activa, dada a conjuntura internacional do final da 2.ª Guerra Mundial e o desafio que a vitória das democracias liberais sobre o nazi-fascismo representava para Salazar, Rita Carvalho consegue carrear os elementos demonstrativos necessários para nos provar tanto o carácter ficcional de uma instituição parlamentar desprovida de efectivos poderes legislativos e fiscalizadores, como o seu carácter de instrumento ao serviço de propósitos bem mais prosaicos de salvaguarda de uma nova imagem externa do regime e de consolidação da sua base social de apoio. Ironia da História e uma prova mais da sagacidade do ditador: é uma Assembleia Nacional bem mais conservadora na sua composição, porque privilegiando desta feita os sectores agrários e as elites tradicionais, aquela que nos sai das eleições de 1945! E, no entanto, concebida a partir de uma nova legislação eleitoral, que aumentava o número de deputados e introduzia as listas por distritos, possibilitando, assim, aparentemente uma maior margem de afirmação a candidaturas oposicionistas... “Manobra cosmética”, comenta acertadamente a autora. Victor de Sá e eu próprio não poderíamos estar mais de acordo, em função da nossa própria experiência de 1969!...

Está, pois, de parabéns a Rita Carvalho, que assim honra a escola de investigação sobre o Estado Novo que o meu colega Fernando Rosas com tanto mérito criou na Faculdade a que me honro de pertencer.

Felizmente o seu trabalho encontra-se já publicado, o que não é habitual dadas as conhecidas limitações do nosso meio editorial.